

Aquisição da linguagem: palavras iniciais

Jussara Abraçado (UFF)

Eduardo Kenedy (UFF)

O século XXI avança pela sua segunda década e, nestes anos, as ciências cognitivas vêm tornando-se cada vez mais maduras e fecundas. É no contexto do desenvolvimento científico desses novos tempos que as pesquisas sobre a natureza, a aquisição e o uso da linguagem como parte e, ao mesmo tempo, instrumento da cognição humana despontam no seio da linguística – essa que foi considerada ciência-piloto nas humanidades e manteve, nos estudos sobre mente e cérebro, sua vocação para a liderança. Com efeito, a linguística vem atravessando, desde a sua refundação como ciência cognitiva, ainda nos primeiros anos da revolução cognitivista da década de 60, um contínuo movimento de transformações dialéticas em seus fundamentos epistemológicos e em suas diretrizes programáticas. Por exemplo, nesse pouco mais de meio século, assistimos (1) à derrocada do behaviorismo radical e à ascensão e hegemonia do formalismo chomskiano, (2) à dissociação entre o estudo abstrato da competência linguística e a pesquisa empírica sobre o comportamento linguístico, (3) à profusão de análises funcionais sobre o binômio “linguagem e uso”, (4) ao amadurecimento da abordagem sociocognitivista, (5) à formação dos paradigmas conexionistas e, mais recentemente, (6) à reaproximação entre os estudos da competência e da *performance* linguísticas. O pano de fundo desses embates conceituais tem sido a tensão entre, de um lado, a necessidade de formular um modelo teórico que represente a natureza da linguagem no conjunto dos sistemas cognitivos humanos e, de outro lado, a importância de, na formulação de tal modelo, ter atenção e cuidado à suntuosa diversidade e complexidade dos dados empíricos da experiência humana, tanto aqueles relativos à aquisição do conhecimento linguístico pela criança quanto os concernentes ao uso desse conhecimento pelo indivíduo já maduro.

Na abertura deste número da Gragoatá, especialmente dedicado ao fenômeno da aquisição da linguagem, gostaríamos de convidar o leitor para algumas reflexões a respeito dessa tensão entre teorização abstrata e pesquisa empírica. São muitas as vezes em que essa problemática subjaz aos distintos artigos que compõem o presente volume. O que desejamos fazer neste momento é trazê-la para o primeiro plano das discussões, considerando-a de maneira franca e aberta. O plano de nossa exposição é o seguinte. Nas seções 1 e suas subseções, apresentaremos um breve histórico da união, do divórcio e do recasamento entre teoria linguística e

psicolinguística. Analisaremos como essas duas ciências desenvolveram-se, durante décadas, de maneira independente e, mesmo, radicalmente separadas, até que uma reaproximação tornou-se possível e profícua com os redirecionamentos do Programa Minimalista propostos por Chomsky nos últimos anos (1995-2007 e posteriores). Argumentaremos que se, por um lado, a oposição entre “saber” e “fazer” linguísticos – a dicotomia “conhecimento” vs. “uso do conhecimento” – ainda hoje segregava duas realidades ontológicas distintas, por outro, a busca pela compreensão do “saber” a partir do “fazer”, isto é, a busca por uma generalização teórica com base em exaustivas pesquisas empíricas, é uma das agendas de pesquisa mais interessantes da linguística do novo século. Na seção 2 e suas subseções, falaremos sobre as abordagens essencialmente baseadas no uso, observando que, sob tal perspectiva, “uso”, “experiência”, “função” e “interação” sequer deixaram alguma vez de estar intrinsecamente vinculados à “cognição linguística” e é justamente em função desse recorte epistemológico, oposto à tradição gerativista, que os estudos que se caracterizam por priorizar a “língua em uso” apresentam uma caracterização do nicho da linguagem na mente humana diferente daquela cara a psicolinguistas e gerativistas. Quais são os pontos de convergência entre essas diferentes abordagens é o tópico da seção 3, que encerra nossa discussão.

1. A virada chomskiana

Com a revolução chomskiana dos anos 50/60, o foco de estudo da moderna ciência da linguagem passava a ser a dimensão mental do fenômeno linguístico. Chomsky, já em suas primeiras publicações, denunciava as limitações do modelo behaviorista-estruturalista então dominante na psicologia e na linguística norte-americana. Behavioristas influentes como Bloomfield (1933) e Skinner (1957) propunham que a linguagem deveria ser interpretada exclusiva ou essencialmente como um sistema de hábitos formado pelo ambiente, através da associação entre cadeias de estímulos e certos comportamentos – uma mera instância do que era conhecido como *reflexo condicionado* (cf. GARDNER, 1985). Chomsky (1957, 1959) contra-argumentava dizendo que o aspecto criativo da linguagem tornava a interpretação de uma língua natural como apenas uma espécie de comportamento condicionado pelo ambiente não somente insuficiente, mas, sobretudo, incorreta. Com o termo *criatividade*, Chomsky referia-se ao caráter gerativo da linguagem, entendido como a capacidade linguística humana de criar enunciados completamente novos e originais em forma e conteúdo de maneira recursiva e potencialmente infinita. As conclusões de Chomsky indicavam que a principal tarefa da linguística era compreender o que é e como funciona esse aspecto criativo. Para o linguista, a nova agenda nos estudos da linguagem conduzia para o interior da mente humana – e não

para os fatores condicionantes do ambiente externo ao indivíduo. Na mente humana, os mecanismos gerativos da linguagem eram, para Chomsky, a chave para a descoberta da natureza cognitiva das línguas naturais.

Como se vê, a virada Chomskiana nos estudos da linguagem compreende, de fato, duas vertentes relacionadas, mas relativamente independentes. Por um lado, há o denso debate epistemológico acerca da natureza mental da linguagem humana, que justifica o abandono do behaviorismo e inscreve a linguística entre as ciências da cognição. Por outro lado, há a agenda para a caracterização técnica do aspecto gerativo da linguagem. A primeira vertente do gerativismo pode ser chamada de *gerativismo epistemológico*. Ela é essencialmente a mesma desde 1955 até o presente e é assumida, pelo menos parcialmente, pela maioria dos linguistas e cientistas da cognição modernos. A segunda vertente pode ser denominada de *gerativismo metodológico*. Tal vertente vem sofrendo diversas e profundas reformulações desde os anos 60 até o presente, com as diversas interpretações do Programa Minimalista. É nessa segunda vertente que são formuladas as teses controversas do gerativismo, como a centralidade e a independência da sintaxe no conjunto da gramática, as particularidades na caracterização de derivações de sentenças etc. O que faz da linguística chomskiana um divisor de águas na história dos estudos da linguagem é justamente o gerativismo epistemológico. As particularidades do gerativismo metodológico são, por seu turno, a grande causa das tensões entre linguística teórica e psicolinguística, entre gerativistas e não-gerativistas.

1.2. O casamento entre linguística e psicolinguística (teoria = uso)

Ao ser fundada, a linguística gerativa foi recebida com entusiasmo entre os psicólogos cognitivos. Com efeito, o tratamento da linguagem como fenômeno cognitivo já constava na agenda da psicologia desde, pelo menos, a *Sprachpsychologie*, de Wundt, no início do século XX, e, na verdade, já havia sido anunciado muito antes, desde a Gramática de Port-Royal e as meditações de Descartes, no século XVII, e as hipóteses de Humboldt, nos séculos XVIII/XIX. Entretanto, foi somente com o gerativismo que a psicologia pôde finalmente tratar o fenômeno da linguagem de maneira prática e não apenas pela argumentação filosófica. As propostas de Chomsky constituíam não somente um retorno aos estudos de *linguagem e mente*, após os mais de 50 anos do hiato behaviorista, mas, sobretudo, formulavam hipóteses claras acerca do funcionamento de uma língua natural na mente humana, as quais poderiam ser testadas nos laboratórios da psicologia cognitiva. Foi com especial atenção a tal possibilidade que diversos psicólogos, com destaque para Miller e associados (cf. MILLER,

1962; MILLER & CHOMSKY, 1963), realizaram estudos sobre o comportamento linguístico humano. Nessas pesquisas, foi possível evidenciar empiricamente, por meio de diferentes paradigmas experimentais, que estruturas sintáticas possuem realidade psicológica, caracterizando-se como representações mentais que os humanos manipulam inconscientemente enquanto processam o sinal da fala. Na esteira dessas descobertas, muitos estudiosos procuravam validar empiricamente, em estudos de laboratório, os modelos transformacionais que então eram formulados pelos primeiros gerativistas. McMahon (1963), por exemplo, reportou sua pesquisa experimental que indicava ser mais complexo, para os indivíduos por ele testados, emitir juízos de valor de verdade sobre orações negativas, por oposição a orações afirmativas, ou sobre orações passivas, por oposição a orações ativas. Tais evidências pareciam sustentar empiricamente as hipóteses abstratas da gramática transformacional de então, considerando-se que o histórico de derivação de determinada sentença deveria repercutir na maior ou menor facilidade de processamento dessa sentença na mente humana, ou seja, se, na descrição linguística, uma oração negativa é mais complexa derivacionalmente do que uma oração afirmativa e se uma oração passiva é mais complexa que uma oração ativa, então orações negativas e passivas devem demandar maior custo computacional na mente humana, o que poderá ser captado nos testes experimentais clássicos da psicologia cognitiva, como os de *tempo de reação*.

Conforme se vê, para gerativistas e psicólogos cognitivos as *transformações sintáticas* formalizadas pelos chomskianos não seriam meras ferramentas descritivas cunhadas pelo linguista, mas seriam, principalmente, genuínas operações psicológicas, levadas a cabo em tempo real pela mente das pessoas enquanto produzem ou compreendem a linguagem. Tal hipótese ficou conhecida como Teoria da Complexidade Derivacional (DTC). A DTC previa, portanto, uma relação direta e transparente entre a derivação sintática de uma sentença e a sua complexidade de processamento mental, o que significa dizer que se tratava de uma teoria em que o modelo abstrato da linguística gerativa deveria encontrar-se em plena harmonia com os dados concretos do uso da linguagem, observáveis no desempenho linguístico.

1.3. A separação entre competência e desempenho (teoria ≠ uso)

Ocorre que, já nos anos 60 e, de maneira conclusiva, no início dos anos 70, a DTC revelou-se empiricamente insustentável (cf., dentre outros, BEVER, FODOR, GARRETT e MEHLER, 1966; FODOR, BEVER e GARRETT, 1974). Em síntese, pode-se dizer que as pesquisas experimentais não conseguiam encontrar no comportamento linguístico humano evidências que sustentassem

empiricamente os modelos transformacionais formulados pelos gerativistas. Nos estudos de laboratório, os tempos de reação dos sujeitos testados não eram maiores ou menores conforme a complexidade derivacional do estímulo linguístico a que eram apresentados, muito ao contrário do que previa a DTC. De fato, os tempos de processamento mental de, por exemplo, uma oração passiva, capturados em dados de produção ou de compreensão da linguagem, não se demonstraram superiores aos tempos despendidos com orações ativas, fato que parecia desabonar a hipótese de que, nas operações mentais que de fato levamos a cabo quando usamos uma língua natural, uma estrutura fosse transformada a partir da outra. Se a *transformação passiva*, nosso exemplo em tela, parecia adequada descritivamente para a gramática transformacional, não havia, no entanto, evidência de que ela fosse psicologicamente real, algo de fato vivo na mente durante o uso da linguagem.

O fracasso da DTC precipitou um dos momentos mais infelizes na história das ciências cognitivas modernas: a separação radical entre modelo teórico e estudo do comportamento linguístico. A resposta de chomskianos à falência da DTC sustentava-se no já clássico *Aspects*, de Chomsky (1965). Nesse verdadeiro programa para o desenvolvimento do gerativismo, Chomsky separava claramente o estudo da *competência linguística*, objeto da teoria linguística, e o estudo do *desempenho linguístico*, ou *performance*, objeto de estudo das ciências comportamentalista. A DTC teria falhado, portanto, em razão de uma confusão entre os conceitos de competência e de desempenho. Os construtos abstratos dos gerativistas diziam respeito à competência linguística, essa capacidade abstrata que governa a faculdade humana de produzir e compreender sentenças. Como tais, esses construtos não poderiam ser diretamente observados nos dados da experiência, tal como em vão tentaram fazer os psicólogos cognitivos. No que pese a clareza e a coerência epistemológica do argumento, a justificativa chomskiana dava aos gerativistas licença para formular teorias linguísticas que sequer pudessem ser testadas empiricamente. Ainda que de maneira teoricamente aceitável, o argumento *competência vs. desempenho* cindia dolorosamente teoria e uso e abria caminho para o formalismo sem limites, conduzindo o gerativismo das décadas subsequentes para o extremo da abstração. O gerativismo metodológico viria limitar-se à busca de um modelo formal de competência linguística que se justificasse a si mesmo e fosse validado somente pelos critérios de coerência intrateórica e elegância matemático-formal, com mínimas ou nulas considerações empíricas. O recurso ao famigerado falante ouvinte ideal, que conhece a sua língua perfeitamente e vive numa comunidade linguística completamente homogênea (nos termos de Chomsky, 1965, p. 84) é o emblema do isolacionismo gerativista que por anos

separou formalistas do restante das ciências da cognição e do restante da linguística.

Durante os anos 70 e parte da década 80, as referências feitas por um gerativista típico aos dados da experiência linguística eram bastante limitadas e, não poucas vezes, muito pobres do ponto de vista metodológico e científico. Praticamente, o único vínculo dos altamente técnicos e complexos modelos gerativistas com a realidade do uso linguístico eram os julgamentos de gramaticalidade. Como anotado por Coward (1997, p. 10-13), esses julgamentos quase sempre eram emitidos pelo próprio linguista que formulava sua teoria, quase sempre desconsideravam a diversidade de fatores que podem provocar a sensação subjetiva de agramaticalidade e nunca apresentavam qualquer consideração estatística com a variabilidade de aceitação ou negação de determinada estrutura linguística. O desleixo com o método de pesquisa e a velada aversão aos dados do desempenho impediam que o gerativismo metodológico desses anos estivesse plenamente de acordo com o fazer científico normal do restante das ciências cognitivas. Como sugerem Sprouse & Almeida (2011), o grosseiro erro metodológico de gerativistas clássicos peca mais pelo que com ele se deixa de fazer e de descobrir, em função das severas limitações que as próprias intuições informais sobre frases têm de enfrentar, do que propriamente pelo pouco que com ele se pode fazer.

Com efeito, o solipsismo da linguística gerativa *mainstream* cultivou abismos entre psicólogos cognitivos e gerativistas, tornou incompreensíveis as relações entre o gerativismo epistemológico e o gerativismo metodológico e, por fim, gerou crises internas no próprio movimento gerativo, dando origem à cisão da semântica gerativa, que mais tarde daria à luz as abordagens funcionais e o sociocognitivismo. Não obstante, o grande poder político e o enorme prestígio acadêmico pessoal de Chomsky permitiram que a escola gerativa sobrevivesse muito bem e, mais do que isso, ganhasse força ao longo desses anos de isolamento teórico. Por sua vez, as pesquisas sobre o comportamento linguístico nunca deixaram de ser assombradas pelo estigma de *segunda classe*, reservado aos estudos de desempenho. Não poucas vezes, psicolinguistas eram ou são confundidos com behavioristas, por cultivarem métodos que envolvem emissão de estímulos e medição de respostas. O fato é que, conforme pontuou Corrêa (2006, p. 107-8), a psicolinguística viria a assumir, durante muitos anos, uma prática autônoma, no seio da psicologia cognitiva, sem preocupações importantes com a formulação de modelos cognitivos de língua.

1.4. Uma reaproximação (dados → generalização)

Nos anos 80 e 90, uma luz foi lançada sobre as tensões entre teoria e uso que se mantinham por anos na linguística gerativa: a

teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981). Na verdade, por si só, a própria postulação de princípios comuns a todas as línguas naturais e de parâmetros variáveis binariamente de língua a língua pode ser interpretada como uma generalização empírica, com grande poder descritivo e com capacidade explicativa bastante coerente. Por exemplo, o fato de línguas como o japonês apresentarem núcleo final (posterior linearmente a seus argumentos) e línguas como o português apresentarem núcleo inicial pode apresentar-se, a princípio, como apenas uma constatação empírica, porém caracterizar *Núcleo* como uma espécie de parâmetro, a ser marcado [+ final] ou [- final] durante o processo de aquisição da linguagem pela criança, permite uma série de previsões que podem ser testadas empiricamente, já que línguas com núcleo [- final] apresentarão padrões de movimento e encaixamento de constituintes que não ocorrem em línguas cujo parâmetro do núcleo é [+ final]. A teoria de Princípios e Parâmetros abria, dessa forma, um leque de possibilidades de diálogo entre teoria linguística, estudos translinguísticos e pesquisas sobre aquisição da linguagem, acenando com a possibilidade de reconciliação entre teorização e pesquisa empírica. Esse momento do gerativismo representa um importante avanço em relação aos modelos anteriores, em que as *transformações gramaticais* diziam respeito a línguas específicas ou a construções específicas dentro de uma língua e eram justificadas quase exclusivamente pelos julgamentos de gramaticalidade informais do linguista. O espaço para a interlocução com estudos empíricos estava reaberto.

Particularmente, a síntese mais interessante para a antítese teoria e uso da linguagem foi levada a cabo, nos anos 80 e 90, por uma solução brasileira: a sociolinguística paramétrica. Trabalhos como, dentre outros, os de Tarallo (1983), Galves (1989) e Cyrino (1990) apresentavam uma original articulação entre variacionismo e teoria da gramática. Na pesquisa socioparamétrica, buscava-se caracterizar certos parâmetros de uma dada língua, como, por exemplo, o português brasileiro (PB), a partir de pesquisas empíricas, quase sempre sustentadas em dados de *corpora*. O PB apresenta-se, nesse sentido, como uma língua rica para esse tipo de estudo porque nela são fortes os indícios de mudança linguística – no caso, uma mudança paramétrica – desde a sua ramificação do português europeu, no século XVI. Diversas pesquisas acerca de sujeitos/objetos nulos e preenchidos, orações relativas e interrogativas, topicalizações, clivadas, concordância verbo-nominal etc. permitiram não apenas identificar princípios e parâmetros linguísticos a partir de observações empíricas, no uso linguístico real, mas, sobretudo, facultaram o refinamento da noção de *parâmetro*, atribuindo-lhe, inclusive, um caráter gradiente, e não discreto, como na proposta original de Chomsky.

Numa visão cognitivista, a socioparamétrica apresentava a desvantagem de pautar-se quase exclusivamente em dados saca-

dos do produto da atividade linguística, registrado em *corpora*, numa diversidade de gêneros textuais e de fatores sociolinguísticos condicionantes que muitas vezes não eram suficientemente controlados ou considerados pelo linguista. É importante ressaltar que, na abordagem das ciências cognitivas, o uso da linguagem não é compreendido como o produto da atividade verbal na interação linguística. Ele não se confunde com a própria interlocução comunicativa face a face, como parece ser a interpretação aproximada do termo *uso* para a sociolinguística, para as abordagens funcionalistas e para o sociocognitivismo. Nas ciências da mente, usar a linguagem é pôr em ação os mecanismos mentais (como memória, atenção, conhecimento linguístico etc.) que, sem que tenhamos consciência, são recrutados para que possamos produzir e compreender sentenças e discursos. Segundo essa acepção, o uso da linguagem é também um fenômeno cognitivo escondido na caixa preta da mente humana. Dessa forma, o estudo do comportamento linguístico numa perspectiva cognitiva é conduzido, preferencialmente, em situações laboratoriais controladas, que permitam a manipulação e a observação de variáveis psicológicas, que raramente estão sob controle em situações mais ou menos livres, como aquelas que geram os registros de *corpora*. É nesse sentido que as pesquisas sobre a aquisição e mudança de parâmetros, conduzidas no método da socioparamétrica ou pela observação longitudinal de crianças, apenas indicavam a possível reconciliação entre teoria linguística e estudo do uso da linguagem.

1.5. O diálogo reaberto: minimalismos e psicolinguística (teoria ↔ uso)

O Programa Minimalista é o estágio presente da agenda de pesquisa da teoria de Princípios e Parâmetros de orientação chomskiana (cf. CHOMSKY, 1995-2007 e posteriores). É muito comum pensar no *minimalismo* no singular, como se houvesse apenas um programa dessa natureza, bem como é frequente que o minimalismo seja apresentado como mais um momento no desenvolvimento das teorias chomskianas, tal como se vê nos textos de Borges Neto (2004) e Silva & Costa (2004), em que o programa sucede linearmente a última teoria da sequência *teoria padrão* > *teoria padrão ampliada* > *teoria padrão ampliada e revista* > *teoria da regência e da ligação*. Embora o minimalismo seja cronologicamente posterior a todas essas *teorias*, ele na verdade apresenta uma ruptura com a interpretação da natureza da Faculdade da Linguagem assumida por Chomsky e o *mainstream* gerativista até a década de 1990, de modo que sua comparação com os momentos anteriores do gerativismo deve assumir, como ocorre nos textos citados, um aspecto puramente descritivo e histórico. Devemos ser cuidadosos com o minimalismo e conferir-lhe o caráter especial que ele

demanda. Em primeiro lugar, como já alertava o próprio Chomsky (2001, p. 05), o minimalismo não é uma teoria sobre o aspecto gerativo da linguagem – portanto, não faz sentido compará-lo com uma teoria tal ou qual. Como seu próprio nome anuncia, o minimalismo é um *programa*. Em segundo lugar, conforme advertia Hornstein (2001, p. 83), o minimalismo não é um refinamento técnico das teorias chomskianas que o precederam – portanto, não faz sentido interpretá-lo como apenas um novo formalismo. Com efeito, o minimalismo é, ao mesmo tempo, uma nova concepção ontológica sobre a Faculdade da Linguagem e uma nova diretriz para a descrição técnica das línguas naturais. Para a discussão do presente artigo, é a nova concepção de Faculdade da Linguagem, aquilo que chamamos de *minimalismo ontológico*, que importa para caracterizarmos a reaproximação programática entre teoria linguística e psicologia cognitiva, entre teoria e uso da linguagem.

Com a interpretação minimalista, Chomsky vem propondo que a Faculdade da Linguagem seja interpretada como um subsistema cognitivo acoplado nos sistemas de *performance*, aos quais deve servir e em função dos quais veio a existir, de um ponto de vista evolutivo, na mente humana. Isto é, com o Programa Minimalista, passa-se a interpretar que a Faculdade da Linguagem seja um componente embutido em dois sistemas cognitivos superiores, que são os *sistemas sensório-motores* (ou articulatório-perceptuais), responsáveis pelas informações que levarão à produção e percepção dos símbolos físicos que veiculam informação linguística, e os *sistemas de pensamento* (ou conceitual-intencionais), responsáveis pela manipulação dos significados carreados pelas expressões linguísticas. Como se assume que Faculdade da Linguagem seja um subsistema cognitivo, cuja função é prover as interfaces (os sistemas superiores) de objetos linguísticos, tem-se como consequência que a natureza e o funcionamento da Faculdade da Linguagem sejam fortemente influenciados (senão *determinados*) pelas necessidades de tais interfaces. Isto significa que a Faculdade da Linguagem não deve possuir uma essência idiossincrática, uma natureza intrínseca de per se. Muito pelo contrario, ela deve ter uma feição moldada pelas características dos sistemas superiores, aos quais deve servir funcionalmente. A Faculdade da Linguagem existe e funciona sob a condição de gerar objetos linguísticos que possam ser acessados e usados pelos sistemas de *performance*, e dessa forma faz um trabalho *sob medida*, orientado por/para as interfaces. Para ilustrar esse caráter derivado que Chomsky vem conferindo à natureza da Faculdade da Linguagem ultimamente, veja-se como o linguista hipotetiza sobre o surgimento do *órgão da linguagem* na história da evolução humana, a partir daquilo que ele chamou de fábula evolucionária.

Imagine um primata com a arquitetura mental humana e com o aparato sensório-motor adequado, mas sem um órgão da

linguagem. Esse primata teria nossos modos de organização perceptual, nossas atitudes proposicionais (crenças, desejos, esperanças, medos...) na medida em que essas não são mediadas pela linguagem, talvez uma “linguagem do pensamento”, no sentido de Jerry Fodor, mas nenhuma maneira de expressar os seus pensamentos por meio de expressões linguísticas, de tal forma que esses permanecem quase completamente inacessíveis para si próprio e para os outros. Suponha que algum acontecimento reorganize o cérebro desse primata de modo que FL possa emergir. Para poder ser usado, esse novo órgão deve obedecer a certas ‘condições de legibilidade’.¹ (CHOMSKY, 2001, p. 6-7)

Essa hipótese de um surgimento tardio de Faculdade da Linguagem na mente e de seu caráter determinado por outros sistemas cognitivos rompe com a longa tradição no pensamento chomskiano em se considerar a linguagem como um órgão mental isolado, autossuficiente, governado por suas próprias leis e princípios, independente do uso que dele se faça e do restante da cognição humana (cf. CHOMSKY, 1975: p. 04; 1980: p. 44; 1986). Inclusive, muitos críticos não-gerativistas veem nos textos mais atuais de Chomsky uma forma de retratação com o que consideram uma posição isolacionista radical adotada no passado (cf. GOLDBERG, 2003). Para a teoria linguística, o mais importante da virada do Programa Minimalista é que teorizar sobre Faculdade da Linguagem é descobrir como esse subsistema cognitivo é capaz de gerar objetos linguísticos de acordo com as especificações de suas interfaces, o que, na prática, significa abandonar a abordagem essencialista clássica do gerativismo, que procurava explicar a Faculdade da Linguagem por meio de propriedades gramaticais arbitrárias atribuídas às línguas específicas e à Gramática Universal como organismo autônomo. Em resumo, o Programa Minimalista propõe que a natureza da competência linguística (uma instância da Faculdade da Linguagem) tenha sido criada evolutivamente a partir da natureza dos sistemas cognitivos responsáveis pelo desempenho linguístico (os sistemas de *performance*). Ora, essa interpretação abre a possibilidade de que os estudos sobre o comportamento linguístico sejam utilizados como ferramenta crucial para o desenvolvimento de teorias abstratas sobre a natureza da linguagem humana.

Em suas diversas vertentes, o Programa Minimalismo assume que o design da Faculdade de Linguagem compreende um *Sistema Computacional*, comum a todos os humanos, e um *Léxico* formado arbitrariamente ao longo da experiência de um indivíduo em particular, o qual se compõe de unidades mínimas, providas de informações fonológicas, semânticas e sintáticas. Os procedimentos gerativos da gramática mental dos indivíduos são interpretados como o funcionamento do Sistema Computacional quando este gera representações sintáticas a partir das informações retiradas do Léxico. Uma vez formadas, tais representações

¹ Todas as traduções das citações presentes neste artigo são de responsabilidade dos autores.

devem ser acessadas e usadas pelos sistemas cognitivos de *performance* que mantêm interfaces com a Faculdade da Linguagem (mais diretamente com os subsistemas Forma Fonética (PF) e Forma Lógica (LF)), tal como se ilustra na figura a seguir.

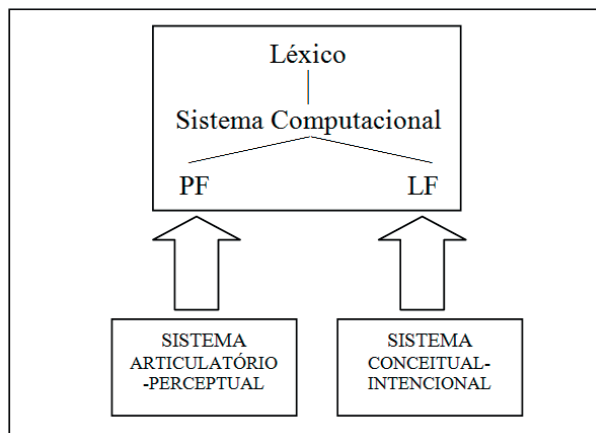


Fig.1: Arquitetura da Faculdade da Linguagem no Programa Minimalista.

Nessa arquitetura minimalista, o Léxico é componente cognitivo que mais se relaciona com as abordagens socioculturais do fenômeno linguístico. É no Léxico que estão codificadas as formas arbitrárias manipuladas pela linguagem na formação de expressões complexas, e lá que estão registradas as regularidades e convenções de uso memorizadas pelos falantes e, por fim, é no Léxico que se encontram os parâmetros da linguagem que devem ser adquiridos no curso dos anos de aquisição de uma língua pela criança. Tal arquitetura reserva, naturalmente, espaço para o formalismo chomskiano. No caso, a formalização ocupa-se da natureza das operações computacionais que formam representações, de maneira derivacional, sobre o conjunto de informações retiradas do Léxico (a Numeração que alimenta uma Derivação). Trata-se de um formalismo de fato bastante enxuto, como é a diretriz do *minimalismo metodológico* do Programa Minimalista, nas palavras de Uriagereka (1999). O Sistema Computacional possui, na verdade, um número mínimo de operações: *Select*, que seleciona da Numeração os itens ou traços lexicais que comporão uma Derivação e *Merge*, que combina dois objetos sintáticos presentes na Derivação a fim de criar um terceiro, recursivamente (o que pode gerar o epifenômeno *Move*). Os princípios a serem considerados pelo formalista na postulação das derivações sintáticas do Sistema Computacional são a *Interpretação Plena* (legibilidade nas interfaces) e as *Condições de Economia* (do próprio Sistema Computacional e dos sistemas de desempenho), formulados por Chomsky em 1995 e ainda fundamentais para a teorização gerativista. Finalmente, a arquitetura minimalista da linguagem humana abriga amplo espaço para a pesquisa experimental em psicolinguística e

em neurociência da linguagem acerca da aquisição, do uso e dos distúrbios da linguagem. Neurocientistas e psicólogos cognitivos podem, dentre outras possibilidades, investigar (1) a aquisição dos traços lexicais que orientam a formação de representações sintáticas pelo sistema computacional, (2) o acesso em tempo real aos traços do léxico usados na produção e na compreensão de enunciados, (3) o processamento de estruturas sintáticas em tempo real, tanto pelo *parser* como pelo formulador sintático, (4) a aquisição anormal da linguagem, (5) os déficits e afasias linguísticas, tudo isso tendo sempre em foco a noção minimalista de língua, isto é, a noção da linguagem como um subsistema cognitivo (Léxico, Sistema Computacional, Interfaces) acoplado nos sistemas de *performance*.

Com a interpretação minimalista sobre o nicho ecológico da linguagem no conjunto da cognição humana, parece correto assumir que, ao fazer teoria linguística, o gerativista precisará ter em vista as demandas que os sistemas de interface impõem sobre o sistema computacional, de modo a descobrir como ele as satisfaz. Isto quer dizer que caracterizar a natureza dos sistemas de interface pode ser crucial para chegarmos a caracterizar adequadamente a natureza do Sistema Computacional e seu funcionamento a partir do Léxico. Se esse raciocínio for legítimo, então gerativistas e psicolinguistas deverão ser parceiros de trabalho, como parece estar acontecendo em diversos centros de pesquisa experimental no mundo. Por outro lado, os estudos sobre o comportamento linguístico não devem limitar-se a meramente descrever fatos sobre a *performance*. Podem e, talvez, devem eles indicar como o tratamento da informação linguística ocorre na aquisição e no processamento da linguagem, de tal forma que modelos integrados de representação, aquisição e uso do conhecimento linguístico possam ser formulados, a exemplo do que propõe Corrêa (neste volume), dentre outros. Aqui, mais uma vez, estão juntos gerativistas e psicolinguísticas, teóricos e estudiosos do uso. Tal trabalho integrado não deve ser interpretado como um delírio ingênuo daqueles que desejam a paz após um longo histórico de conflitos. Trata-se de um esforço de trabalho que visa tornar o fazer da linguística teórica coerente com o ideal das ciências cognitivas. Resultados da articulação entre teoria abstrata e realidade do uso linguístico podem ser ilustrados com os manuais e os cursos de sintaxe experimental que estão cada vez mais acessíveis aos sintaticistas gerativistas (cf. COWART, 1997; SPROUSE, 2009; SPROUSE e ALMEIDA, 2011). Hoje em dia, é apenas por desinformação que gerativistas limitam a dimensão empírica de seu trabalho aos informais e pobres juízos de gramaticalidade emitidos pelo próprio pesquisador, ou colhidos com outrem, com metodologia inadequada (o *método HeySally*)².

Por fim, a necessária correlação entre teoria e uso, entre gerativismo e psicolinguística, torna necessária uma discussão e

² “Hey Sally” é uma forma jocosa de apontar a pobreza metodológica grosseiramente inaceitável dos julgamentos de gramaticalidade obtidos de maneira informal, sem cuidado no controle do estímulo linguístico e sem tratamento estatístico de resultados, como o linguista que abre a porta do seu gabinete, chama o primeiro transeunte e lhe diz “Hey, Sally, diga lá se considera esta frase boa”.

talvez uma ressignificação da dicotomia competência *vs.* desempenho. De fato, a distinção entre “saber” e “fazer”, “representação” e “acesso”, “teoria” e “uso” parece indicar diferentes grandezas ontológicas, das quais herdaríamos inapelavelmente a *realidade teórica* da linguística formal e a *realidade psicológica* da psicolinguística, que devem, no máximo, ser coerentemente articuladas, mas jamais poderão ser de fato *integradas* – tal como a física teórica não se reduz à física experimental. Nesse cenário, tal como sugere a agenda do Programa Minimalista, a dicotomia mantém-se, mas a realidade da competência linguística não deverá ser construída *ex nihilo*, como foi e perigosamente pode ainda ser a tradição formalista chomskiana. Se a interpretação correta do Programa Minimalista for levada a sério pelos teóricos da linguagem, então é a partir do que aprendermos sobre o desempenho que formularemos nossa descrição sobre a competência linguística humana.

2. Abordagens baseadas no uso

Na seção anterior, o termo “uso” foi bastante empregado e, nesta seção, não será diferente, como o próprio título sugere. Entretanto, como o leitor perceberá nas linhas que se seguem, a palavra “uso” a partir de agora assumirá um valor diferente. Enquanto, até então, a discussão voltou-se para a distinção entre “saber” e “fazer”, “representação” e “acesso”, “teoria” e “uso”, num viés que culmina por demonstrar a importância do desempenho (do uso) na formulação e descrição da competência linguística, na perspectiva adotada daqui em diante, a famosa dicotomia chomskiana “competência /desempenho” não é validada nem considerada, uma vez que, conforme enunciado na introdução deste texto, “uso” “experiência”, “função” e “interação” sequer deixaram alguma vez de estar intrinsecamente vinculados à “cognição linguística”.

No que se refere à aquisição da linguagem, tema que abarca muitos fenômenos e questões como, por exemplo, aquisição e/ou aprendizado, universalidade e variação, cognição linguística e não-linguística, o papel do *input* e da interação, bilinguismo, plurilinguismo etc., destacamos um aspecto que tem intrigado muitos estudiosos: a observação de que as capacidades mentais de uma criança, em seus primeiros anos de vida, parecem bastante limitadas. Entretanto, é justamente nessa fase de sua vida que, normalmente, as crianças adquirem com muito mais facilidade do que os adultos uma ou mais línguas.

Os avanços alcançados por pesquisas recentes no campo da Neurociência, aliados aos achados da Linguística Cognitiva, da Pragmática, do Funcionalismo Linguístico etc., têm contribuído bastante para o preenchimento de lacunas e para solução de questões cruciais, como a descrita acima, permitindo-nos visualizar com maior clareza o processo de aquisição da linguagem.

Em relação à questão levantada, há muito vem sendo discutido o postulado chomskiano acerca da existência, na espécie humana, de um dispositivo inato, um dote genético específico para a aquisição da linguagem. Tal postulado constituiu-se uma espécie de marco divisório, que começa a se desfazer, entre os estudos que nele se apoiaram ou se apoiam e aqueles que sempre o refutaram.

Nosso propósito nesta seção é apresentar de forma breve e abrangente a perspectiva dos estudos que se opuseram ao postulado em questão. Começamos por ressaltar que a evidente recorrência de termos como “uso”, “experiência”, “cognição”, “função”, e “interação” denunciam a existência de muitos pontos de convergência em pesquisas que, apesar de desenvolvidas sob diferentes perspectivas teóricas, compartilham pressupostos mais gerais, como os seguintes: (i) as crianças adquirem a língua materna equipadas com habilidades cognitivas evoluídas na espécie humana para outras funções mais gerais; (ii) a aquisição da língua pela criança se dá via interação.

Muito provavelmente, em função da convergência referida, o rótulo “abordagens baseadas no uso” cada vez mais sirva de ancoragem para estudos que, na explicação dos fenômenos em investigação, consideram, além dos fatores inerentes ao processo de aquisição, aspectos relacionados ao input e ao contexto (situacional e sociocultural).

2.1 A ênfase na experiência e no significado

De acordo com Armstrong, Strokoe & Wilcox (1995, p.143),

Estudos de aquisição da linguagem mostram que a linguagem (...) emerge somente da interação social, mas interação social, dentro de limites restritos. Nós não saberíamos o que significa uma palavra se não tivéssemos ouvido ou visto a palavra sendo usada por outra pessoa em um contexto que fizesse a relação razoavelmente inequívoca entre palavra e significado.

Conforme explicam os autores, uma vez adquirida a língua materna a um nível suficiente, o indivíduo torna-se capaz de usar a língua (contando com a ajuda que a própria língua fornece) para determinar, por inferência, a partir do contexto, o significado de uma palavra até então desconhecida. Porém, sem a introdução de palavras e das ideias seminais que as palavras simbolizam – isto é, sem o processo de aquisição inicial, que é social – não haveria nenhum equipamento que possibilitasse ao indivíduo fazer inferências linguísticas; ou seja, a associação de uma palavra com um significado torna possível a conversa e o pensamento verbal, mas o pensamento verbal precisa de linguagem, e a linguagem precisa da interação de, pelo menos, dois seres humanos. (ABRAÇADO 2011).

Salomão (2009), ao discorrer sobre o desenvolvimento da perspectiva sociocognitivista dos z da linguagem, toca em dois

aspectos da linguística chomskiana que incomodaram muitos estudiosos, abrindo espaço para o surgimento das abordagens baseadas no uso:

A relutância de Chomsky em abordar a questão do sentido com a mesma energia e audácia que devotara à questão da sintaxe e (...) a intratabilidade, no interior do paradigma gerativo, de uma característica indescartável das línguas humanas como produção histórica – sua idiomaticidade. Em ambos os casos, ameaçando a elegância das soluções formais, avultava a feia cabeça do uso linguístico, que se tentara escantear para a não-área da performance. (SALOMÃO, 2009, p.21)

A autora reconhece que "a virada cognitivista" dos estudos da linguagem se deve ao trabalho de Chomsky e seus seguidores, ao fazer referência ao caráter mentalista atribuído por Chomsky à linguística. Contudo,

A dimensão da significação, identificada, à época, como estrutura profunda da derivação (ou como interpretação da estrutura profunda), acabou trazendo ao procênio do debate a incompatibilidade básica entre o mentalismo, concebido a Chomsky e Fodor, e o pragmatismo constitutivo de toda reflexão semântica contemporaneamente relevante: tentou-se, sem êxito, distinguir dicionário e enciclopédia; tentou-se, sem êxito, reduzir a "estrutura semântica" linguística à forma lógica. Mas o que fazer com as pressuposições, as implicaturas, o valor ilocucionário dos atos de fala, os processos dêiticos de referenciação? (Salomão, 2009, p.21).

Apesar de a abordagem da cognição linguística ter ostentando até recentemente um caráter não evolucionário,

negligenciando a relação da linguagem seja com os demais sistemas animais de comunicação, seja com os estágios pré-linguísticos do desenvolvimento humano – a não ser numa perspectiva dissociacionista. (...) –, nos últimos anos, (...) a crescente expressividade do legado darwinista levou a um rearranjo nos estudos cognitivos, de tal modo que pensadores de persuasão tão diversa quanto Bickerton, Pinker, Jackendoff e Fauconnier passaram a tematizar a questão da origem da linguagem, com óbvio impacto nas suas hipóteses sobre a natureza da gramática e das categorias linguísticas. (SALOMÃO, 2009, p.23)

Nessa direção, Armstrong, Strokoe & Wilcox (1995), objetivando realçar o papel dos gestos no desenvolvimento da linguagem humana, destacam a importância do aspecto social no processo, uma vez que, conforme demonstram estudos de base evolucionista, possuir um cérebro que tenha evoluído até a capacidade de ter uma consciência primária não garantiria à espécie o desenvolvimento da linguagem. Segundo explicam os autores, indivíduos de uma espécie com consciência primária podem até ser bem sucedidos na luta para sobreviver, garantindo, assim, a sobrevivência de sua espécie. Tais indivíduos devem ter redes

neurais extensivas, complexas e bem ajustadas ao seu habitat e estilo de vida como, por exemplo, os chipanzés, que têm meios de comunicação razoavelmente sofisticados que não se desenvolveram em linguagem.

Também criaturas proximamente relacionadas aos chipanzés, os primeiros hominídeos, teriam cérebros complexos. Não obstante, diferentemente dos primeiros, a vida social diferenciada dos hominídeos teria ocasionado um tipo de linguagem meio comportamental e a consciência de ordem superior necessária para desenvolvê-la, uma vez que

(...) é a vida do grupo, e não vidas de indivíduos sozinhos, que adapta uma espécie social ao seu meio ambiente; ou, de outro ponto de vista, para o indivíduo, o grupo é (a porção mais significativa do) meio ambiente. (ARMSTRONG, STROKOE & WILCOX 1995, p. 144)

Apoiados em Kendon (1991), Armstrong, Strokoe & Wilcox (1995) apresentam evidências de como a diferença substancial entre os chimpanzés e os hominídeos, no que concerne à estrutura social, pode ter levado os gestos visíveis e vocais utilizados pelos hominídeos, do tipo usado também pelos chimpanzés, a se tornarem verdadeiros símbolos da linguagem. Fato é que, para Kendon (1991),

os chimpanzés pareciam estar em vias de desenvolver uma linguagem, entretanto, isso não aconteceu. Depois de se perguntar o que teria faltado para tal, Kendon conclui que os chimpanzés não desenvolveram um sistema de linguagem, simplesmente porque não precisaram de um, já que, na vida social dos chimpanzés, é praticamente inexistente a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade entre o comportamento de dois ou mais indivíduos. Ainda segundo Kendon, no que se refere aos hominídeos, a vida social teria começado com o surgimento de uma diferenciação entre os sexos. Teria havido também um prolongamento da dependência infantil e o desenvolvimento sustentado de relações consorte, estando associada a isto a contínua receptividade sexual feminina. No desenrolar desse processo evolutivo descrito por Kendon, a linguagem teria emergido. (Abraçado, 2011)

Armstrong, Stokoe & Wilcox (1995) explicam que, durante os milhões de anos de evolução dos hominídeos, a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade seria determinante no desenvolvimento da linguagem. A diferenciação dos papéis (os machos atuando como caçadores e as fêmeas, como coletoras) teria ocasionado separações e reencontros. Acrescentam os autores que

Tal estilo de vida faria útil, mesmo vital, a capacidade de usar signos referindo-se a coisas e eventos não presentes, mas em outros tempos, em outros lugares, ou presentes para um, mas não para o outro. A Emergência desses signos não só reforçaria a estrutura social existente, como também permitiria

diversificá-la ainda mais, com o conseqüente alargamento do cérebro e de seu sistema de signos, agora possuindo características fundamentais da linguagem. (ARMSTRONG, STROKOE & WILCOX 1995, p. 145)

2.2 A emergência da gramática

Nos anos de 1970, trabalhos de linguistas como Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy Givón ganharam notoriedade, assinalando a ascensão de uma forte tendência nos estudos linguísticos, identificada com a reivindicação de uma linguística baseada no uso:

O texto que é considerado o pioneiro no desenvolvimento das ideias da escola funcionalista norte-americana foi *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976. Neste trabalho, as autoras fornecem evidências das motivações discursivas geradoras das estruturas sintáticas de relativização do Tok Pisin, língua de origem pidgin de Papua- Nova Guiné, ilha ao Norte da Austrália. (KENEDY & MARTELOTTA, 2003, p.22).

Nos trabalhos desses e de outros autores é possível se observar que a concepção funcionalista de gramática está relacionada com sua emergência nas línguas naturais, uma vez que a gramática é entendida como um conjunto de regularidades decorrentes de pressões de usos linguísticos que, por sua vez, relacionam-se a aspectos de natureza cognitiva e discursivo-pragmática.

No que se refere à aquisição da língua materna, os achados de pesquisas na Linguística Cognitiva, como as de Goldberg (1995, 2006), sugerem que também a aquisição das estruturas linguísticas emerge do uso. Goldberg (1995), que figura entre os responsáveis pelo alçamento da categoria da Construção à posição central do escopo da Linguística Cognitiva, com base em pesquisas anteriores de Clark (1978), Slobin (1985) e Bowerman (1989), defende a hipótese de que

Construções simples estão diretamente associadas a estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana. Em particular, as construções que envolvem a estrutura argumental básica são mostradas como estando associadas a cenas dinâmicas: gestalts experimentalmente fundamentadas, tal como alguém volitivamente transferindo alguma coisa para alguém, alguém fazendo algo se mover ou mudar de estado, alguém vivenciando algo, algo se movendo, e assim por diante. Propõe-se que os tipos básicos de cláusula de uma língua formem uma rede interrelacionada, com estruturas semânticas emparelhadas a formas particulares de uma maneira tão geral quanto possível. (GOLDBERG 1995, p.5)

A autora apresenta alguns exemplos de estruturas argumentais em construções do inglês, relacionadas a cenas dinâmicas vivenciadas:

1. Bitransitiva (X causa Y para receber Z): Subj V Obj Obj₂:
Pat faxed Bill the letter.
2. Movimento causado (X causa Y para mover Z): Subj V Obj Obl: *Pat sneezed the napkin off the table.*
3. Resultativa (X causa Y para tornar-se Z): Subj V Obj Xcomp: *She kissed him unconscious.*
4. Intransitiva de movimento (X move Y): Subj V Obl: *The fly buzzed into the room.*
5. Conativa (X dirige a ação a Y): Subj V Obl_{at}: *Sam Kicked at Bill.*

Na explicação e defesa de sua hipótese, Goldberg (1995) discute o trabalho de Landau & Gleitman (1985), segundo o qual a criança adquiriria os significados de verbos de forma surpreendentemente fácil, por fazerem uso de conjuntos de *frames* sintáticos:

Por exemplo, eles observam que seu informante cego congênito aprendeu o significado de *look* e *see* sem grandes dificuldades, apesar do fato de esses significados não serem físicos e, para essa criança, não serem diretamente baseados na experiência. (...) Alguns trabalhos experimentais de outros pesquisadores, substanciam a ideia de que *frames* sintáticos auxiliam na aquisição do significado das palavras. (GOLDBERG 1995, p. 19)

Para Landau & Gleitman (1985), o uso de um verbo num *frame* sintático indica que o verbo tem um componente particular de significado associado ao respectivo *frame*. Pinker (1989), no entanto, faz críticas à proposta dos autores, alegando que a aquisição baseada unicamente em *frames* sintáticos incorreria em erros. A este respeito, Goldberg (1995, p. 19) faz a seguinte observação:

Este é de fato um problema geral para a formulação de Landau & Gleitman. A ocorrência de *kick* em construção bitransitiva (ex., *Joe kicked Mary a ball*) não pode ser tomada como evidência de que o significado de *kick* tem um componente de transferência, como a alegação deles parece implicar. (...) *Kick* pode ocorrer em oito padrões sintáticos diferentes, a maioria dos quais não envolve transferência.

Goldberg, então, reinterpreta o postulado de Landau & Gleitman (1985). Para a autora, a criança, ao ouvir um verbo em uma construção particular previamente adquirida, não depreenderia que o verbo por si só tem o componente do significado associado à construção, mas sim que o verbo ocorreria em um dos grupos verbais convencionalmente associados à construção. Indo além, autora destaca a importância da informação contextual e da experiência no processo:

(...) a aquisição de uma língua não ocorre num vácuo. É geralmente aceito que a primeira compreensão das crianças de um significado lexical está ligada a situações em que uma

palavra ouvida é utilizada. Uma vez já sendo reconhecidas as construções, a ideia de que um verbo ouvido em um *frame* sintático pode ajudar na determinação do seu significado torna-se coerente. No entanto, dessa forma, pressupõe-se que a criança já sabe que certas classes de verbos são convencionalmente associadas a certas construções, isto é, pressupõe-se que um número razoável de verbos já foi adquirido, e por isso não constituiria uma operação se iniciando do zero. As Construções ajudariam na aquisição de novos significados de verbos, uma vez que um grande número de verbos já teria sido apreendido, mas não seriam úteis na aquisição dos significados dos primeiros verbos (...). (GOLDBERG 1995, p. 20)

Goldberg (1995) busca ancoragem para suas alegações em trabalho de Fisher et al. (1991: 2):

Fisher et al. (1991) enunciam esta ideia sucintamente: "/ touch / é mapeado para 'tocar', porque (a) a criança pode representar cenas observadas como 'cenas de tocar' e (b) a forma de onda /touch / é provavelmente ouvida quando a ação de tocar está acontecendo. Que isto tem que ser pelo menos uma parte da verdade sobre a palavra aprendizagem é tão óbvio o quanto é aceito por todos os teóricos, apesar de suas diferenças em todos outros aspectos (ver, por exemplo, Locke 1690 e Chomsky 1965 _ e todos os outros que comentaram o tema). Você não pode aprender uma língua simplesmente ouvindo o rádio". (GOLDBERG 1995, p. 230)

Tomasello (2000) também se utiliza do conceito de Construção para postular que a maturidade da competência linguística deve ser entendida como um inventário estruturado de construções, algumas das quais sendo semelhantes a muitas outras, residindo em um ou mais de um núcleo central, e outras se conectando a outras poucas construções (e de modos diferentes), residindo mais na periferia. Sob esse viés, a proposta é a de que, inicialmente, a criança aprenda o individual, nos itens de construções linguísticas básicas (por exemplo, construções verbais isoladas), e, havendo parceiros para possibilitar a distinção entre os diferentes itens das construções básicas do modo adulto, a criança possa fazer abstrações, criando-se, assim, hierarquias relacionadas às construções (ABRAÇADO & AMORIM, 2010).

De acordo com Tomasello (2000, p. 237), nessa visão de língua e de aquisição da linguagem, não haveria continuidade de estruturas – os adultos controlam um jogo mais diverso e abstrato de construções do que as crianças – mas haveria continuidade de processo, no sentido de que os processos de aprendizagem e de abstração são os mesmos sempre e onde quer que eles se apliquem. Essa aproximação geral baseia-se no uso, no sentido de que todo conhecimento linguístico, por mais abstrato que seja, deriva, em primeiro lugar, da compreensão e produção de enunciados específicos em ocasiões específicas de uso.

Tomasello (2000, 238) ressalta ainda que, com essa redefinição quanto à aquisição da linguagem de construções linguísticas de variados graus de complexidade e abstração sistemática, torna-se mais fácil observar como as crianças aprendem, especialmente levando em conta outras recentes propostas sobre as habilidades das crianças em aprender, culturalmente, a fazer analogias e combinar estruturas na aquisição da linguagem. (ABRAÇADO & AMORIM, 2010, p.27)

Questionando a alegação de que a criança teria a mesma competência sintática do adulto, Tomasello afirma que, em geral, a linguagem inicial das crianças é “gramatical” do ponto de vista do adulto, mas que, entretanto, existem, pelo menos, duas explicações muito diferentes para o fato. A primeira é a de que as crianças operam desde o princípio com categorias e esquemas do modo adulto. A segunda é a de que as crianças aprendem a usar os itens linguísticos específicos e estruturas do modo que os adultos os usam. Em outras palavras, as crianças usariam a língua como um adulto, porque elas têm a mesma competência linguística ou porque elas imitam o que aprendem deles.

Com base nessa questão, o autor realizou estudos experimentais e pautados em observações. Dos estudos observacionais de dados intensivos (os dados são diários e contínuos), Tomasello (2000, p. 213) apresenta como resultado a “Hipótese de Ilha Verbal” segundo a qual a linguagem inicial das crianças seria organizada e estruturada totalmente ao redor de verbos individuais e outros termos predicativos, isto é, a competência sintática da criança de dois anos seria composta de construções de verbos específicos com aberturas nominais encaixadas.

Para respaldar os seus achados, o autor faz referência a vários estudos sistemáticos com crianças que adquiriram línguas diferentes do inglês e que encontraram resultados semelhantes, denunciando um padrão: (i) as produções linguísticas iniciais de crianças giram ao redor de estruturas e itens concretos, não havendo nenhuma evidência de esquemas e categorias sintáticas abstratas; (ii) cada um desses itens e estruturas, presumivelmente devido à experiência linguística individual das crianças e a outros fatores afetos ao processo de aprendizagem, submete-se a um desenvolvimento próprio, com relativa independência, no que se refere a outros itens e estruturas; (iii) o padrão em questão, na maioria dos casos, perdura até os três anos de idade, pelo menos para estruturas maiores como enunciados SVO e outras construções de verbo-argumento.

No que se refere aos dados experimentais,

Tomasello (2000, p. 215) declara que “não existem dúvidas de que as crianças aprendem e usam com surpreendente facilidade as estruturas e os itens linguísticos aos quais elas estão expostas”. O autor investigou a habilidade das crianças de

língua inglesa em produzir orações transitivas simples (na ordem SVO) com verbos que elas não ouviram sendo usados nessa construção, focalizando principalmente crianças abaixo das idades apresentadas em estudos anteriores (isto é, abaixo dos dois anos). (ABRAÇADO & AMORIM, 2010, p.26)

Tendo como suporte os resultados encontrados nos estudos observacionais e experimentais, Tomasello (2000, p. 222) conclui que as crianças são produtivas apenas de modo limitado em sua linguagem inicial. Tal conclusão advém da análise de seus dados, em que se verificou: (1) que, antes dos três anos de idade, somente algumas crianças de língua inglesa conseguem produzir enunciados transitivos canônicos com verbos que elas ainda não tinham ouvido sendo usados dessa maneira. (2) haver evidências de que, após os três anos, muitas crianças já possuem uma construção transitiva abstrata e podem assimilar livremente verbos recentemente aprendidos³. Resumindo, constatou-se uma progressão gradual e contínua de desenvolvimento que mostra uma crescente abstração da construção transitiva.

3. Para concluir

Este número 30 da revista Gragoatá apresenta diversos artigos dedicados a variados matizes do fenômeno da aquisição da linguagem. Todas essas abordagens buscam a síntese moderna entre teorização linguística e pesquisa empírica, num esforço voltado não apenas para a descrição adequada acerca da natureza da linguagem humana, sua aquisição e uso, mas também para a explicação do lugar das línguas naturais no complexo ecossistema cognitivo humano. Tal como aqui procuramos indicar, o esforço interdisciplinar das diversas áreas da linguística e das ciências cognitivas e sociais é crucial na tarefa de compreender como e por que uma língua natural emerge no indivíduo humano, no curso de seus primeiros anos de vida física e socialmente saudável, e como a linguagem pôde ter surgido na espécie humana, no contexto de sua longa história evolucionária. Nossa herança evolutiva, nossas predisposições mentais, nossa vida sociocultural, nossas práticas e usos linguísticos, nada pode ser omitido se assumimos seriamente o compromisso de compreender como de fato é a linguagem humana na objetividade do mundo biossocial.

Referências

- ABRAÇADO, J. Como é possível vivermos e convivermos em um mundo real, e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo? In: *ALFA*. SP: 55,(1), 2011, p. 205-24.
- ABRAÇADO, J; MINELIO, C. Relação entre presença/ausência da desinência da 1ªPS e presença/ausência de sujeito explícito na linguagem infantil. In: MOLLICA, Maria Cecilia de Magalhães

³ Observou-se que isso pode também ocorrer com algumas crianças com idade inferior.

- (org.). *Usos da linguagem e sua relação com a mente humana*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010, p. 23-36
- ARMSTRONG, D. F.; STOKOE, W. C.; WILCOX, S. *Gesture and the nature of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. *Introdução à linguística*. Domínios e fronteiras. V.3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 93-130
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. A review of B. F. Skinner's *Verbal Behavior*. *Language*, 35(1), 1959, p. 26-58.
- _____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1965.
- _____. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.
- _____. *Rules and representations*. New York: Columbia University Press, 1980.
- _____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. NY: Praeger, 1986.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- _____. Derivation by phase. IN: KENSTOWICZ, M. (ed.), *Ken Hale: A Life in Language*, Cambridge, MA: MIT Press, 2001, p. 1-52.
- _____. Of minds and language. *Biolinguistics*, v.1, n.1, 2007.
- CLARK, E. V. Discovering what words can do. In: FARKAS, D.; JACOBSEN, W. M.; TODRYS, K. W. (Ed.). *Papers from the parasession on the lexicon*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1978. p.34-57.
- CORRÊA, L. Língua e cognição: antes e depois da revolução cognitiva. IN: PFEIFFER, C. & NUNES, J. (org.). *Linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- COWART, W. *Experimental syntax: applying objective methods to sentence judgments*. London: Sage Publications, 1997.
- CYRINO, S. O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica. Campinas, Unicamp, 1990 (dissertação de mestrado).
- FODOR, J.; BEVER, T. & GARRET, M. *The Psychology of Language*. New York: McGraw-Hill, 1974.
- GALVES, C. *L'objet nul et la structure de la proposition en portugais du Brésil*. *Revue des Langues Romanes*, XCIII, 2, 1989, p. 305-336.
- GARDNER, H. *The mind's new science: a history of the cognitive revolution*. New York: Basic Books, 1985.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University Press, 1995.

- _____. Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(5), 2003, p.219-224.
- _____. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HORNSTEIN, N. 2001. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- KENDON, A. Some considerations for a theory of language origins. *Man; The Journal of the Anthropological Institute*, London, v.26, n.2, p.199-221, June 1991.
- LANDAU, B.; GLEITMAN, L. R. *Language and experience: evidence from the blind child*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- MacMAHON, L. *Grammatical analysis as part of understanding a sentence*. Cambridge, Mass.: Harvard University (doctoral dissertation), 1963.
- MILLER, G. Some psychological studies of grammar. *American psychologist*, 17, 1962, p. 748-762.
- MILLER, G. & CHOMSKY, N. Introduction to the formal analysis of natural languages. In R. Duncan Luce, Robert R. Bush, and Eugene Galanter (eds.). *Handbook of mathematical psychology*, vol. 2, 269-321. New York: Wiley, 1963.
- PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT, 1989.
- SALOMÃO, M. M. M.. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. In: MIRANDA; SALOMÃO (Org.) *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009, p. 20-32.
- SANKOFF G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse. In: *Language*, v.52, n.3, p.631-666, 1976.
- SILVA, M. C.; & COSTA, J. Os anos 1990 na Gramática Gerativa. In: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. *Introdução à linguística*. Domínios e fronteiras. V.3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 131-164.
- SKINNER, B. F. *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.
- SLOBIN, D. Crosslinguistic evidence for the language-making capacity. In: SLOBIN, D. (Ed.). *A crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1985. v.2.
- SPROUSE, J. *A Program for Experimental Syntax: Finding the relationship between acceptability and grammatical knowledge*. University of Maryland, 2007 (Doctoral Dissertation).
- SPROUSE, J. & ALMEIDA, D. *The 469 data points that form the empirical foundation of generative syntactic theory are at least 98% replicable using formal experiments (a sair)*, 2011.
- TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia Univ. of Pennsylvania. 1983 (Doctoral dissertation).

TOMASELLO, M. Do young children have adult syntactic competence? *Cognition* 74, 2000, p. 209-253.

URIAGEREKA, J. Multiple spell-out. IN.: EPSTEIN, D. & HORN-STEIN, N. (eds). *Working Minimalism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, p. 251-282.